

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Rio de Janeiro, 01 de Fevereiro de 2021.

AO ILMO. SR. PREGOEIRO DA EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA - E AUTORIDADE SUPERIOR

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.006/2020

RECURSO ADMINISTRATIVO

I. DAS INFORMAÇÕES SOBRE A RECORRENTE E SOBRE O PROCESSO LICITATÓRIO

A empresa ÁGORA DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (RECORRENTE), sociedade empresária limitada com mais de 30 (trinta) anos de atuação no mercado nacional e internacional, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 36.113.090/0001-74, com Cadastro PLENO no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), devidamente qualificada através das informações constantes no seu cadastro junto ao SICAF, vem através de seu representante legal, o Sr. Antonio Heitor Figueira Capris, da mesma forma devidamente qualificado através das informações constantes no cadastro junto ao SICAF da empresa supracitada, VEM RESPEITOSA E TEMPESTIVAMENTE APRESENTAR RECURSO ADMINISTRATIVO com fulcro na Lei nº 10.520/02 e demais legislações pertinentes, CONTRA A DECISÃO do Ilmo. Sr. Pregoeiro com relação à RECUSA de sua PROPOSTA DE PREÇOS e com relação à ACEITAÇÃO da Proposta de Preços da empresa ORIENTE-SE PRODUÇÕES LTDA (CNPJ/CPF: 16.894.574/0001-90) e contra a HABILITAÇÃO da referida empresa concernente ao Processo Licitatório promovido pela EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. – PPSA, localizada à Avenida Rio Branco, número 1, 4º andar, Centro, CEP 20.0909-003, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, cuja modalidade é de Pregão Eletrônico de número PE.PPSA.006/2020, cuja data de abertura e horário da sessão foi no dia 12 de janeiro de 2021, às 10:01:00, cujo critério de julgamento é o menor preço global.

O objeto do processo licitatório em pauta é a “contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de tradução livre de textos técnicos e jornalísticos escritos em português para a língua inglesa, e serviços de revisão de textos em inglês para apoio às áreas da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), nas condições e especificações indicadas no Termo de Referência – Anexo I e nas condições do Modelo de Instrumento Contratual, Anexo III deste Edital”.

O presente Recurso Administrativo refere-se ao DESCUMPRIMENTO por parte das Recorridas – PPSA e ORIENTE-SE - de CLÁUSULAS EDITALÍCIAS DIVERSAS contidas não somente no Edital do Processo Licitatório supracitado bem como em seu Termo de Referência, Anexo ao Edital, sua HABILITAÇÃO e o ACEITE de sua Proposta de Preços, mesmo tendo descumprido INÚMERAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS.

II. DA TEMPESTIVIDADE

Dispõe o artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002 que é concedido aos licitantes o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Considerando-se que o Registro de Intenção de Recurso foi cadastrado por essa Recorrente no dia 28 de janeiro de 2021, às 10:11:59, através de funcionalidade do COMPRASNET (Portal de Compras do Governo Federal) e posteriormente aceito no mesmo dia às 10:41:39 pelo Ilmo. Sr. Pregoeiro, após análise de sua tempestividade e devida motivação.

Devidamente comprovada à tempestividade do prazo, requer o recebimento dela para seu devido processamento e apreciação legal.

III. DA RECUSA DA PROPOSTA DE PREÇOS DA RECORRENTE

A sucessão dos erros cometidos pelo Ilmo. Sr. Pregoeiro até o momento de RECUSAR a Proposta de Preços da

Recorrente inicia-se no dia 12/01/2021, quando ao enviar uma mensagem de correio eletrônico às 12:09, ou seja, após iniciado o horário de almoço na maior parte das empresas, na qual são solicitados alguns esclarecimentos, a título de "DILIGENCIAMENTO", concedendo-se um prazo de meras 3 (três) horas úteis, uma vez que no corpo da mensagem de correio eletrônico é determinado que às 16:00 do MESMO DIA TODOS os pedidos de esclarecimento sejam respondidos, "sob pena de desclassificação do pregão em referência".

Primeiramente nos causou estranheza o fato de que além do curto espaço de tempo concedido e do nível TACANHO de TODAS as dúvidas encaminhadas no corpo da supracitada mensagem de correio eletrônico, a mesma era APÓCRIFA e NÃO se encontrava em consonância com mais de um dos PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, que estão presentes no Art. 37 da Constituição Federal de 1.988, a saber, o PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE e o PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

Em consonância com o PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, todos os atos praticados pela Administração Pública têm que ser divulgados publicamente de modo que não somente o licitante que está sendo diligenciado tenha conhecimento a cerca das dúvidas do Pregoeiro, por mais TACANHAS que essas dúvidas sejam, como também todos os demais licitantes tenham acesso às questões levantadas pelo Pregoeiro e às respostas encaminhadas pelo licitante indagado.

Essa transparência no trato da coisa pública, que é dever da Administração Pública, vai permitir que os demais licitantes acompanhem em detalhes o desenrolar do processo licitatório além de deixar registrado na Ata de Realização do Pregão Eletrônico, gerada automaticamente pelo Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) ao final do processo licitatório, toda a troca de informações entre o Pregoeiro e os participantes do certame.

Optar por enviar mensagens de correio eletrônico PRIVADAS a um ou mais licitantes específicos, como ocorreu diversas vezes no presente processo licitatório, fere frontalmente o PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE e macula o processo licitatório como um todo, haja vista que no caso presente, as respostas detalhadas e minuciosas enviadas pela Recorrente, todas elas embasadas em dispositivos legais citados em suas respostas (Leis, Acórdãos, Instruções Normativas, Jurisprudências, Pareceres etc), parecem não ter satisfeito o Pregoeiro e ficaram restritas somente ao seu conhecimento e ao conhecimento da Recorrente, tornando ainda mais subjetiva a análise das respostas.

As questões TACANHAS encaminhadas na primeira mensagem PRIVADA de correio eletrônico enviada pelo pregoeiro no dia 12/01/2021, às 12:09, são as que se seguem:

A PRIMEIRA QUESTÃO refere-se ao fato de que o Balanço Patrimonial apensado ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) e de acesso livre pelo Pregoeiro recebeu um questionamento com relação ao fato de que "Balanço patrimonial e ao DRE não foram apresentadas junto com o correspondente recibo de entrega do SPED (ECD)".

É no mínimo preocupante, senão RISÍVEL, que um funcionário público, cuja função seja de PREGOEIRO, desconheça o fato de que a obrigatoriedade de apresentação da ECD (Escrituração Contábil Digital), através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), não se aplica a empresas enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), em conformidade com INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, publicada na página 45 da Seção 1 da Edição 247 do Diário Oficial da União datado de 27 de Dezembro de 2017.

É certo que, apesar de que os processos licitatórios promovidos pela EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA sejam em quantidade extremamente reduzida, uma vez que esta faz uso recorrente do direito a DISPENSAS DE LICITAÇÃO e outros expediente análogos, ainda assim, o Pregoeiro e a Equipe de Licitações da PPSA promovem certames em que empresas de pequeno porte e microempresas participam ativamente, o que deveria ser razão mais que suficiente para que um Pregoeiro com um mínimo de treinamento não viesse a solicitar tal documento e ainda complementar com um pedido dirigido à Recorrente que o ensine qual amparo legal que a Recorrente teria em não apresentar o SPED, quando aposta no texto de sua mensagem de correio eletrônico o que se segue:

"Caso a empresa se enquadre em algum benefício que isente a mesma desta apresentação, encaminhar a documentação que isente a empresa dessa exigência ou identificar onde se encontra tal informação na documentação enviada."

A SEGUNDA QUESTÃO encaminhada na mesma mensagem de correio eletrônico enviada no dia 12/01/2021, às 12:09, refere-se à uma solicitação por parte do PREGOEIRO que não assina a referida mensagem APÓCRIFA, solicitando: "As documentações para atendimento aos itens 13.3.3.1 (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA PROPONENTE) e 13.3.3.2 (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE) do edital."

Já parcialmente refeitos do susto do nível primário da primeira questão encaminhada e que foi acima descrita, fomos surpreendidos mais uma vez com uma solicitação feita de forma PRIVADA, em mensagem de correio eletrônico endereçada EXCLUSIVAMENTE à Recorrente, ao invés de ter sido PÚBLICA para conhecimento de todos no CHAT do COMPRASNET, conforme preconiza o PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.

Da mesma forma que o Balanço Patrimonial da Recorrente foi facilmente localizado pelo Pregoeiro na medida em que ele formula à DESCABIDA questão relativa ao SPED, deveriam também ser facilmente localizados, dentre os documentos que fazem parte da Documentação de Habilitação disponíveis para consulta pelo Pregoeiro no cadastro da Recorrente junto ao SICAF, os documentos a que se refere o Pregoeiro quando solicita "As documentações para atendimento aos itens 13.3.3.1 (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA PROPONENTE) e 13.3.3.2 (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE) do edital".

Tal nível de desconhecimento e despreparo da Equipe de Licitações da PPSA só encontra explicação na falta de treinamento ou na pouca experiência decorrente da baixíssima frequência em que certames são realizados por

esta.

Não obstante o nível primário das questões que foram encaminhadas em mensagem PRIVADA, a recorrente se viu obrigada a responder cada uma e todas elas mediante encaminhamento de resposta à mensagem de correio eletrônico supracitada na qual apenas DOCUMENTO EM FORMATO PDF DE 5 (CINCO) PÁGINAS QUE SE ENCONTRA DISPONÍVEL PARA CONSULTA A QUEM O SOLICITAR pelo fato de que por opção do Pregoeiro tanto as questões encaminhadas com as respostas a essas questões tornaram-se uma troca de mensagens de correio eletrônico PRIVADA, ferindo frontalmente tudo o que é preconizado pelo PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, que foi simplesmente ignorado dessa feita.

Além do referido documento no parágrafo anterior, a mensagem de correio eletrônico enviada pelo Pregoeiro e a resposta da Recorrente também se encontram disponíveis para consulta a quem o solicitar bem como os recibos de entrega enviados pelo servidor de e-mail da PPSA.

É de extrema importância destacar o fato de que a Recorrente assina digitalmente todas as mensagens de Correio Eletrônico que envia o que garante a sua AUTENTICIDADE e INTEGRIDADE bem como evita que essas mensagens venham a ser eventualmente ADULTERADAS e/ou tenham seu recebimento REPUDIADO.

Prossegue o Ilmo Sr. Pregoeiro no rosário de erros CRASSOS ao enviar uma SEGUNDA mensagem de correio eletrônico no dia 14/01/2021, às 13:32, quando mais uma vez se abstém de fazer uso de um recurso online e PÚBLICO e, a seu critério, insiste em manter troca de mensagens de correio eletrônico com a Recorrente privando todos os demais licitantes durante a fase de realização do processo licitatório de acessar a troca de informações entre um FUNCIONÁRIO PÚBLICO e o licitante, bem como priva os CIDADÃOS EM GERAL de ter acesso a essas mesmas informações após a conclusão do processo licitatório, quando é gerada AUTOMATICAMENTE a Ata do Pregão Eletrônico, onde deveriam constar todas as mensagens trocadas, caso essas tivessem sido publicadas através do CHAT do COMPRASNET, espancando, dessa forma, o PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE e o PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

Nessa SEGUNDA mensagem de correio eletrônica, APÓCRIFA da mesma forma que a primeira mensagem, enviada às 13:32, e determinado que as repostas sejam enviadas até às "15 HS DE HOJE, 14 DE JANEIRO DE 2021, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DO PREGÃO EM REFERÊNCIA" (GRIFO NOSSO).

Dessa feita, o tempo de resposta concedido pelo Pregoeiro, que não se identifica em momento algum, é de ÍNFIMOS OITENTA E OITO MINUTOS, o que é totalmente descabido e não encontra respaldo em toda a legislação vigente um prazo TÃO EXÍGUO de tempo para que licitantes se manifestem em processos licitatórios.

É fundamental que se destaque que em momento algum o Pregoeiro fez uso da ferramenta que tinha em mãos, a saber, o CHAT do COMPRASNET, para contatar a Recorrente a cerca do fato de que havia lhe enviado mensagens de correio eletrônico, seja na primeira mensagem no dia 12/01/2021, seja na segunda mensagem no dia 14/01/2021, limitando-se em publicar mensagem referente à reabertura do pregão eletrônico, da forma que se segue: "O pregão será reaberto às 16:00 horas de amanhã, quinta-feira, dia 14/01/2021", em mensagem publicada no dia 13/01/2021, às 16:02:17.

Da mesma forma que o Pregoeiro teve oportunidade e tempo para publicar a mensagem acima ele teria a mesma oportunidade e tempo para avisar formalmente à Recorrente que havia enviado uma mensagem de correio eletrônico a ela endereçada, admitindo-se que tal procedimento de envio de mensagem de correio eletrônico PRIVADA encontre amparo legal, O QUE NÃO É O CASO !!!

É INADMISSÍVEL que um Servidor Público, investido na função de Pregoeiro, cujo salário é pago através do erário público, formado pelos impostos pagos por cada um e todos os cidadãos, parta do princípio que os licitantes devam permanecer permanentemente atentos a mensagens de Correio Eletrônico enviadas ALEATORIAMENTE e em DISSONÂNCIA com preceitos legais e as respondam em menos de uma hora e meia, ainda mais havendo ferramentas a seu dispor que permitem uma comunicação mais efetiva e dentro da LEGALIDADE, como é o caso do CHAT do COMPRASNET.

No caso dessa SEGUNDA MENSAGEM DE CORREIO ELETRÔNICO, da mesma forma PRIVADA, como a anterior, o Pregoeiro solicita que dentre os vários Atestados de Capacidade Técnica que compõem o acervo da Recorrente sejam identificados Atestados "sobre o setor de petróleo e gás".

É notório o fato que a redação dos textos dos Atestados de Capacidade Técnica cabe única e exclusivamente a quem o está emitindo, pois caso contrário, o Atestante estaria incorrendo em crime de falsidade ideológica, caso admitisse assinar um Atestado cujo texto tenha sido elaborado e imposto pelo prestador de serviço a que o Atestado se destina.

É esperado que no texto de Atestados de Capacidade Técnica referente ao objeto da licitação em pauta, a saber, "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE TRADUÇÃO LIVRE DE TEXTOS TÉCNICOS E JORNALÍSTICOS ESCRITOS EM PORTUGUÊS PARA A LÍNGUA INGLESA, E SERVIÇOS DE REVISÃO DE TEXTOS EM INGLÊS PARA APOIO ÀS ÁREAS DA PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. (PPSA), POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) ANOS", sejam apostas informações referentes:

- ao fato de o serviço prestado ser de TRADUÇÃO e REVISÃO;
- que o idioma original dos textos a serem traduzidos ser o idioma PORTUGUÊS;
- que os textos após a TRADUÇÃO estavam no idioma INGLÊS;
- que os textos REVISTOS estavam no idioma INGLÊS;

- a NATUREZA dos textos objeto da tradução / revisão (Técnicos, Científicos, Literários, Acadêmicos, entre outros);
- a QUANTIDADE de laudas traduzidas/revisadas pelo prestador de serviço;
- o PRAZO em que a referida quantidade de laudas foi traduzida/revisada;
- a QUALIDADE do serviço prestado;
- uma BREVE DESCRIÇÃO do serviço prestado;
- o LOCAL / DATA DE EMISSÃO do Atestado;
- o NOME COMPLETO do signatário;
- o CARGO/FUNÇÃO do signatário;
- a IDENTIDADE do signatário;
- o CPF do signatário;
- a ASSINATURA do signatário;
- as FORMAS DE CONTATO com o signatário do Atestado (telefone e/ou endereço de correio eletrônico, entre outros);
- os DADOS COMPLETOS da pessoa jurídica que emitiu o Atestado (Razão Social, CNPJ, Telefone, entre outros).

O volume de informações acima descrito já seria mais que o bastante para que Atestados de Capacidade Técnica comprovassem a proficiência da empresa e se sua equipe de tradutores / revisores que prestou o serviço, além do transtorno usual que causa ao Atestante elaborar um Atestado de Capacidade Técnica.

Por outro lado, é INADMISSÍVEL se supor que, POR MERO CAPRICHOS ou para ATENDER UMA LICITAÇÃO EM ESPECIAL, se solicite ao Atestante que inclua nos Atestados de Capacidade Técnica, além de todas as informações relacionadas no parágrafo anterior, outras informações absolutamente IRRELEVANTES, tais como:

- LOCAL onde a tradução / revisão foi executada (RESIDÊNCIA, EMPRESA, CAFETERIA, FACULDADE etc);
- HORÁRIO durante o qual a tradução / revisão foi executada (Manhã, Tarde ou Noite);
- MARCA E MODELO dos microcomputadores e/ou notebooks nos quais a tradução/ revisão foi feita;
- O SISTEMA OPERACIONAL instalado nos referidos equipamentos usados na tradução / revisão (Windows®, Linux, Mac OS X etc);
- O software EDITOR DE TEXTO (Microsoft® WORD, Atom, Bluefish, Brackets entre outros) usado durante o processo de tradução / revisão;

Entre outras informações ESDRÚXULAS, tais como, se os textos versavam sobre ORNITOLOGIA, AUTOMOBILISMO, MICROBIOLOGIA, ANATOMIA, AVIÔNICA, etc, da mesma forma que é DESCABIDO obrigar que o emitente do Atestado declare em detalhes que os textos são "sobre o setor de petróleo e gás", embora seja o caso dos Atestados de Capacidade Técnica da Recorrente, conforme explicado em mensagem de correio eletrônico enviada em resposta à SEGUNDA mensagem do Pregoeiro.

Tanto é verdade o acima descrito que NENHUM DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA anexados pelas licitantes que se apresentaram no Processo Licitatório em pauta descrevia em seu corpo que os textos traduzidos e/ ou revisados eram "sobre o setor de petróleo e gás".

Apesar de nossas detalhadas e minuciosas respostas enviadas TEMPESTIVAMENTE a cada vez que a Recorrente éramos instados a fazê-lo, fomos surpreendidos por uma mensagem publicada no CHAT do COMPRASNET no dia 14/01/2021, às 16:02:09, da forma que se segue:

"Informamos que após análise da documentação da licitante AGORA DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e dos DILIGENCIAMENTOS realizados para obter os esclarecimentos necessários, conforme faculdade prevista no conforme item 13.9 do edital, a área técnica da PPSA concluiu pela NÃO aceitação da proposta correspondente pelo motivo exposto a seguir:..."

E prossegue em mensagem publicada no CHAT do COMPRASNET no mesmo dia, às 16:02:18, da forma que se segue:

"A documentação enviada não apresentou atestados de qualificação técnica para atendimento ao solicitado no item 13.3.3.1.b do Edital"

IV. DOS PROCEDIMENTOS IRREGULARES DE DILIGENCIAMENTO

A todo o momento o Pregoeiro faz uso da palavra DILIGENCIAMENTO tanto no CHAT do Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) como nas várias mensagens de correio eletrônico que enviou para a Recorrente.

O DILIGENCIAMENTO é um procedimento legal previsto no Art. 43, § 3º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, o qual dispõe que: "§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

Buscando o significado da palavra DILIGÊNCIA no Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa, elaborado por um dos maiores lexicógrafos brasileiros, o Mestre Antônio Houaiss, Membro da Academia Brasileira de Letras, ocupante da Cadeira 17 até seu falecimento, encontramos o seguinte ao final da página 1041: (1) "interesse ou cuidado aplicado na execução de uma tarefa, zelo" (2); "medida necessária para alcançar um fim; providência"; (3) "busca minuciosa; pesquisa, averiguação, investigação".

Elaborando ainda mais a pesquisa do significado da palavra DILIGÊNCIA no Novo Dicionário da Língua Portuguesa do Mestre Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Membro da Academia Brasileira de Letras, ocupante da Cadeira 30 até seu falecimento, encontramos o seguinte ao final da página 682: (1) "cuidado ativo; zelo; aplicação"; (2) "investigação, pesquisa, busca".

Considerando-se o significado de DILIGÊNCIA segundo os dois maiores lexicógrafos da língua portuguesa fica claro que o Pregoeiro confundiu DILIGÊNCIA com INQUIRIR e buscou esclarecimentos de forma DESLEIXADA e PUERIL, enviando mensagens de correio eletrônico PRIVADAS aos licitantes ao invés de efetivamente realizar DILIGENCIAMENTO junto a quem de fato cabe prestar esclarecimentos, ou seja, os ATESTANTES que elaboraram e assinaram os Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela Recorrente, conforme a Lei lhe faculta.

Até mesmo porque o Licitante como parte interessada no certame pode ter suas respostas colocadas em dúvida pelo INQUISIDOR apesar de seus Atestados de Capacidade Técnica atenderem de forma irrestrita aos ditames Editalícios, como foi o caso da Recorrente que respondeu TEMPESTIVAMENTE e de forma detalhada todas as INQUISIÇÕES do Pregoeiro e ainda assim viu sua Proposta de Preços recusada em função de um pretenso argumento de que sua "documentação enviada não apresentou atestados de qualificação técnica para atendimento ao solicitado no item 13.3.3.1.b do Edital", sem sequer que tivesse sido explicado a razão pela qual os atestados não atenderam ao 13.3.3.1.b.

MAIS SUBJETIVO QUE ISSO É IMPOSSÍVEL !!!

NA SUBCLÁUSULA 13.3.1 do TERMO DE REFERÊNCIA que dispõe a cerca da Documentação Técnica a ser apresentada pelos participantes do Processo Licitatório e, mais especificamente, dos Atestados de Capacidade Técnica da PROPONENTE é EXIGIDO no ITEM C que:

"c) O(s) atestado (s) deverá (ão) ser apresentados apenas pela empresa vencedora do certame e deverá (ão) conter as seguintes informações mínimas:"

"c.1) CNPJ, nome comercial, endereço e telefone da empresa atestante;"

"c.2) NOME, CARGO/FUNÇÃO, ENDEREÇO, TELEFONE E E-MAIL DO REPRESENTANTE DA EMPRESA ATESTANTE que vier a assinar o atestado, a fim de que a Pré-Sal Petróleo possa manter contato;" (GRIFO NOSSO)

"c.3) Uma descrição do serviço prestado ao atestante, bem como a especificação de que a tradução foi na língua inglesa, de modo que possa ser atestada a similaridade com o objeto licitado;"

"c.4) Manifestação acerca da qualidade do(s) serviço(s); e"

"c.5) Local, data e assinatura do representante da empresa atestante."

Chama especial atenção o subitem c.2 acima no qual é exigido que nos Atestados de Capacidade Técnica apresentados pelos licitantes conste as FORMAS DE CONTATO do signatário do mesmo.

Pergunta-se, afinal por que alguém se deu ao trabalho de redigir o Termo de Referência EXIGINDO o que se encontra no disposto no SUBITEM c.2 acima se o Pregoeiro, a seu bel prazer, seja por DESCONHECIMENTO ou PREGUIÇA ou POR AMBOS, acha por bem INQUIRIR, de forma discricionária, a Recorrente através de mensagens de correio eletrônico PRIVADAS em detrimento de fazer uso do poder que lhe foi delegado pelas CLÁUSULAS EDITALÍCIAS bem como pelo Art. 43, § 3º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e promover um DILIGENCIAMENTO de fato, contatando os signatários dos Atestados de Capacidade Técnica?

QUE FIQUE CLARO E SIRVA DE LIÇÃO PARA SITUAÇÕES FUTURAS: INQUERIR OS LICITANTES NÃO É DILIGENCIAR !!!

V. DO USO IRREGULAR DE RECURSOS SISTÊMICOS DO COMPRASNET

Observa-se na Ata do Pregão Eletrônico, gerada automaticamente pelo Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET), no encerramento da sessão pública às 10:43 horas do dia 28 de janeiro de 2021, através de

comando dado pelo Pregoeiro, ou pessoa por ele designada, que o pregão eletrônico em pauta teve a sua sessão pública aberta no dia 12/01/2021, às 10:01 e encerrada no dia 28/01/2021, às 10:43, ou seja, o referido pregão eletrônico se arrastou por DEZESSEIS DIAS com sucessivas SUSPENSÕES e REABERTURAS, sem que houvesse o discernimento de fosse utilizado o recurso associado ao comando de SUSPENSÃO ADMINISTRATIVA o uso por parte do Pregoeiro que traz transparência ao processo licitatório além de ser o procedimento recomendado pelo fato de que a cada SUSPENSÃO e REABERTURA da sessão pública TODOS os licitantes são avisados através de mensagens geradas automaticamente pelo Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET).

Vejamos a sucessão de desgastantes SUSPENSÕES e REABERTURAS a que foram submetidos as empresas participantes do certame em pauta:

Pregoeiro fala: (12/01/2021 11:07:38) O pregão será reaberto às 10:00 horas de amanhã, quarta-feira, dia 13/01/2021.

Pregoeiro fala: (13/01/2021 10:02:44) Informamos que está reaberta a sessão do Pregão.

Pregoeiro fala: (13/01/2021 16:02:17) O pregão será reaberto às 16:00 horas de amanhã, quinta-feira, dia 14/01/2021.

Pregoeiro fala: (14/01/2021 16:01:19) Informamos que está reaberta a sessão do Pregão.

Pregoeiro fala: (14/01/2021 16:04:54) O pregão será reaberto às 10:00 horas da próxima sexta-feira, dia 15/01/2021.

Pregoeiro fala: (15/01/2021 10:01:23) Informamos que está reaberta a sessão do Pregão.

Pregoeiro fala: (15/01/2021 16:06:48) O pregão será reaberto às 14:00 horas da próxima segunda-feira, dia 18/01/2021.

Pregoeiro fala: (18/01/2021 14:03:04) Informamos que está reaberta a sessão do Pregão.

Pregoeiro fala: (18/01/2021 14:08:47) O pregão será reaberto às 15:00 horas do dia 27/01/2021, quarta-feira.

Pregoeiro fala: (27/01/2021 15:02:05) Declaro reaberto o Pregão

Pregoeiro fala: (27/01/2021 15:16:00) Estamos encerrando esta sessão para aguarda o envio da proposta da empresa Oriente-se adequada ao novo valor. O pregão será reaberto às 10:00 horas de amanhã, dia 28/01/2021.

Pregoeiro fala: (28/01/2021 10:01:27) Informamos que está reaberta a sessão do Pregão

Observa-se através de uma SIMPLES análise das mensagens de SUSPENSÃO e REABERTURA da sessão do Pregão Eletrônico em pauta que por diversas vezes o intervalo de tempo entre a suspensão e a reabertura da sessão se deu em um interregno de menos de 24 horas como determinado na CLAUSULA 13.9.2 que dispõe que: "13.9.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.9.1, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante AVISO PRÉVIO NO SISTEMA COM, NO MÍNIMO, VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA, e a ocorrência será registrada em ata." (GRIFO NOSSO).

Tal desvio de conduta representa uma afronta ao PRINCÍPIO DE VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, sendo que tal afronta é cometida por quem deveria ser o guardião dos ditames contidos no Edital e em seus anexos, ou seja, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio.

A única exceção à regra aconteceu quando da SUSPENSÃO ADMINISTRATIVA no dia 27/01/2021, às 15:41:00, que por coincidência ou não (possivelmente não), foi justamente quando da mudança do Pregoeiro e da Equipe de Apoio em decorrência do início do período do gozo de férias do Pregoeiro Titular JESIEL GOMES RIBEIRO FILHO (01085367770), assumindo em seu lugar o Pregoeiro ARLINDO FERREIRA SEBASTIAO (34471545787), conforme mensagem pública contida ao final da Ata de Realização do Pregão Eletrônico a seguir reproduzida

EVENTO: Alteração de Pregoeiro/Equipe de Apoio

DATA / HORA DA MENSAGEM: 27/01/2021 às 14:47:20.

OBSERVAÇÕES: Pregoeiro Anterior: 01085367770-JESIEL GOMES RIBEIRO FILHO . Pregoeiro Atual: 34471545787-ARLINDO FERREIRA SEBASTIAO.

JUSTIFICATIVA: Férias do Pregoeiro titular.

Uma SEGUNDA QUESTÃO no mínimo curiosa, mas de IGUAL RELEVÂNCIA, reside no fato de que o PRAZO PARA REGISTRO DO RECURSO ADMINISTRATIVO dessa Recorrente foi de 3 (TRÊS) dias CORRIDOS uma vez que o PRAZO FINAL PARA REGISTRO DE RECURSOS foi no dia 28/01/2021, às 10:40, e a DATA LIMITE PARA REGISTRO DE RECURSO é dia 01/02/2021 às 23:59, conforme informações contidas na Ata do Pregão Eletrônico, disponível para consulta PÚBLICA no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET).

Tal prazo de três dias CORRIDOS contraria frontalmente o disposto no Decreto 3.555, de 08 de Agosto de 2000, que dispõe sobre "licitação na modalidade pregão" e que determina em seu Art. 11, XVII, do Anexo I do referido

Decreto: "XVII - a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias ÚTEIS;" (GRIFO NOSSO).

Dessa forma, considerando-se a Ata de Realização do Pregão Eletrônico assinada pelo Sr. ARLINDO FERREIRA SEBASTIÃO (34471545787) - Pregoeiro Oficial da PPSA e Gerente de Licitações e Contratos a partir de março de 2020 - na qual a Recorrente registra tempestiva e motivadamente sua intenção de interpor recurso administrativo no dia 28/01/2021, QUINTA-FEIRA, considerando-se que a contagem de prazos legais sempre se inicia no dia útil imediatamente subsequente, ou seja, dia 29/01/2021, SEXTA-FEIRA, considerando-se que os dois dias ÚTEIS subsequentes são os dias 01/02/2021, SEGUNDA-FEIRA e 02/02/2021, TERÇA-FEIRA, o prazo de TRÊS DIAS ÚTEIS só finaliza no dia 02/02/2021, às 23:59 e não no dia 01/02/2021, como consta na referida Ata do Pregão Eletrônico.

É certo que por total desconhecimento dos preceitos legais que regem Processos Licitatórios como um todo e, mais especificamente aqueles na Modalidade Pregão Eletrônico, o Pregoeiro atrapalhou-se ao preencher os dados do PAINEL do Portal de Compras do Governo Federal no que concerne ao ato de "ENCERRAR PREGÃO", quando três datas são obrigatoriamente informadas, a saber: "DATA LIMITE PARA REGISTRO DE RECURSO", "DATA LIMITE PARA REGISTRO DE CONTRARRAÇÃO" e "DATA LIMITE PARA REGISTRO DE DECISÃO", e acabou por informar que a "DATA LIMITE PARA REGISTRO DE RECURSO" era o dia 01/02/2021, que não atende nem ao interregno de 3 (TRÊS) dias ÚTEIS, conforme determina o Decreto 3.555, de 08 de Agosto de 2000 em seu Art. 11, XVII, do Anexo I, nem atende a um interregno de 3 (TRÊS) dias CORRIDOS.

Dessa forma, a Recorrente teve seu prazo legal referente à interposição de seu Recurso Administrativo SUBTRAÍDO DE UM DIA ÚTIL, o que representa UM TERÇO do prazo legal, o que no mínimo demonstra mais um desconhecimento do Pregoeiro e de sua Equipe de apoio com os preceitos legais que regem processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico e que acabou por prejudicar a RECORRENTE que se viu obrigada a imprimir esforços adicionais para conclusão de seu Recurso Administrativo em um prazo menor do que o supracitado Decreto 3.555 estabelece.

Supreendentemente o Pregoeiro ACERTA ao preencher o campo "DATA LIMITE PARA REGISTRO DE CONTRARRAÇÃO" considerando um interregno de tempo de 3 (TRÊS) dias úteis para apresentação das CONTRARRAÇÕES, conforme se segue:

"DATA LIMITE PARA REGISTRO DE RECURSO": 01/02/2021. (?!?!?!?)

"DATA LIMITE PARA REGISTRO DE CONTRARRAÇÃO": 04/02/2021.

"DATA LIMITE PARA REGISTRO DE DECISÃO": 19/02/2021.

As datas acima constam na ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO gerada automaticamente pelo Portal de compras do Governo Federal (COMPRASNET), disponível para consulta pública neste portal.

Ainda DIVERSOS outros erros crassos na condução do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.PPSA.006/2020 poderiam ser apontados, porém tal atitude estenderia sobremaneira a presente peça recursal e poderia levar ao enfado do Pregoeiro e da AUTORIDADE COMPETENTE durante sua leitura considerando-se que ainda restam questões referentes à ACEITAÇÃO EQUIVOCADA da proposta da empresa ORIENTE-SE PRODUÇÕES LTDA (CNPJ/CPF: 16.894.574/0001-90) que serão apresentados a seguir.

VI. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS DA ORIENTE-SE

VI.1 DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA DA RECORRIDA (ORIENTE-SE)

A empresa ORIENTE-SE PRODUÇÕES LTDA (CNPJ/CPF: 16.894.574/0001-90) apresentou 04 (quatro) Atestados de Capacidade Técnica na tentativa INFRUTÍFERA de atender à SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a do edital do processo licitatório em pauta, a saber:

Atestado 01:

Emitente: Fundação Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento - FAPED
Objeto: Tradução Português – Inglês
Quantidade de Laudas: 4 (quatro) LAUDAS
Menção ao segmento de Óleo e Gás: NÃO EXISTE

Atestado 02:

Emitente: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Objeto: Tradução Português – Inglês
Quantidade de Laudas: 21.289 (vinte e um mil duzentos e oitenta e nove) PALAVRAS
Menção ao segmento de Óleo e Gás: NÃO EXISTE

Atestado 03:

Emitente: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Objeto: Tradução / Versão Português – Inglês - Português
Quantidade de Laudas: 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) LAUDAS
Menção ao segmento de Óleo e Gás: NÃO EXISTE

Atestado 04:

Emitente: Petróleo Brasileiro AS – PETROBRÁS
Objeto: INTERPRETAÇÃO Português – Inglês / Inglês – Português para apoio durante a condução de entrevistas com empregados por consultor externo
Quantidade de Laudas: NÃO SE APLICA
Menção ao segmento de Óleo e Gás: NÃO SE APLICA POR NÃO SE TRATAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E SIM DE INTERPRETAÇÃO

Restará provado ao final desse item que os Atestados de Capacidade Técnica apensados aos autos do processo licitatório pela Recorrida, a empresa ORIENTE-SE PRODUÇÕES LTDA (CNPJ/CPF: 16.894.574/0001-90), encontram-se em DISSONÂNCIA com o OBJETO da licitação.

A SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a em seu subitem b do edital do processo licitatório em pauta determina que:

"b) Um ou mais atestados em nome da PROPONENTE E um ou mais atestados dos PROFISSIONAIS da proponente que prestarão o serviço, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado para as quais foram prestados os serviços de tradução de textos técnicos e ou jornalísticos do português para o inglês e revisão de textos em inglês, sobre o setor de petróleo e gás".

Por uma simples análise dos Atestados de Capacidade Técnica da Recorrida constata-se que os Atestados 01, 02 e 03 NÃO atendem ao disposto acima uma vez que não se referem ao "setor de óleo e gás", e nem poderia se referir uma vez que os Atestantes desses três Atestados, a saber, FAPED, IPEA e MDIC não poderiam emitir tais Atestados pelo fato de que nem sua atividade fim nem sua atividade meio está afeita ao SETOR DE ÓLEO E GÁS, como exige a SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a em seu subitem b.

Dessa forma, os TRÊS Atestados de Capacidade Técnica em epígrafe NÃO PODEM SER SOB NENHUMA HIPÓTESE considerados para efeitos de comprovação de aptidão técnica para "contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de tradução livre de textos técnicos e jornalísticos escritos em português para a língua inglesa, e serviços de revisão de textos em inglês para apoio às áreas da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)" conforme consta no OBJETO da Licitação, CLÁUSULA 2 do Edital, pelas razões expostas no parágrafo anterior.

Restando ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE somente mais um Atestado de Capacidade Técnica arrolado pela Recorrida e, sendo este emitido pela Petrobrás, era de se esperar que esse atendesse ao requerido na SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a em seu subitem b, haja vista que a Petrobrás, cujo CNPJ é 33.000.167/01044-03, é uma instituição que tem como atividade econômica principal o "Comércio Atacadista De Álcool Carburante, Biodiesel, Gasolina E Demais Derivados De Petróleo, Exceto Lubrificantes, Não Realizado Por Transportador Retalhista (T.R.R.)"(CNAE 46.81-8-01).

Para nossa SURPRESA e ESPANTO o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Petrobrás versa sobre a "Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de INTERPRETAÇÃO PORTUGUÊS-INGLÊS/ INGLÊS-PORTUGUÊS para apoio durante a condução de entrevistas com empregados por consultor externo bem como simultânea com mini equipe para atuar nos eventos de "Entrevistas", "Alinhamento Organizacional", "Revisão de Melhores Práticas", "Reunião de fechamento", "Revisão de Recomendações" , "Workshop de Priorização", "Reunião de Abertura da Fase de Implantação dos Planos de Ação", e "Visitas de Implementação" realizadas nas instalações da CONTRATANTE e nas modalidades conforme especificações do Anexo 1 - 28 de Janeiro de 2019 a 02 de Julho de 2019." (GRIFO NOSSO), conforme consta na primeira página do próprio Atestado de Capacidade Técnica apensado aos autos pela Recorrida.

Entende-se que um Pregoeiro não é obrigado e nem teria condição de ter pleno conhecimento a cerca de todos os bens e serviços que possam um dia vir a ser contratados em regime de licitação pela instituição para a qual ele trabalha. Por essa razão, é constituída uma EQUIPE DE APOIO, que, no caso presente, é composta por dois integrantes, a saber, a Sra. ANDREA DUNNINGHAM BAPTISTA e a Sra. ANA VIRGINIA NUNES SALGADO, conforme consta ao final da Ata de Realização do Pregão Eletrônico.

Com isso, é difícil acreditar que um Atestado de Capacidade Técnica que versa sobre "INTERPRETAÇÃO PORTUGUÊS-INGLÊS/ INGLÊS-PORTUGUÊS" seja aceito como comprovação de proficiência em TRADUÇÃO de TEXTOS do idioma Português para o Idioma Inglês, sem que UMA SIMPLES PESQUISA tenha sido realizada seja pelo Pregoeiro seja pelos integrantes da Equipe de Apoio. Importante destacar que NÃO existe menção ao termo Tradução de Textos em NENHUMA das 04 (QUATRO) páginas desse Atestado de Capacidade Técnica de INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS emitido pela PETROBRÁS.

Como tal pesquisa por certo não foi realizada, cabe uma simples explicação para elucidar de vez a questão.

São QUATRO as habilidades (skills) no domínio de um idioma, seja ele o idioma pátrio, o Português em nosso caso, seja ele um idioma estrangeiro, o Inglês no assunto em tela, a saber:

A ESCUTA (LISTENING)
A FALA (SPEAKING)
A LEITURA (READING)
A ESCRITA (WRITING)

Enquanto a Interpretação, Tradução Simultânea e atividades correlatas envolvem as duas primeiras habilidades, a saber, ESCUTA e FALA, a Tradução de textos, a Versão de Textos e a Revisão de textos envolvem as duas ÚLTIMAS habilidades, a saber, LEITURA e ESCRITA.

INTERPRETAÇÃO NÃO É O MESMO QUE TRADUÇÃO!!!

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE UM TRADUTOR NÃO É A MESMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE UM INTÉRPRETE !!!

A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE UM TRADUTOR NÃO É A MESMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE UM INTÉRPRETE.

Dessa forma, demonstrar capacidade técnica na prestação de serviços de "INTERPRETAÇÃO PORTUGUÊS-INGLÊS/ INGLÊS-PORTUGUÊS" como fez a ORIENTE-SE está MUITO longe de se demonstrar capacidade técnica na TRADUÇÃO e REVISÃO de textos como exige a SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a em seu subitem b.

Soma-se ainda o fato de que o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Petrobrás é APÓCRIFO. Dessa forma, por ser APÓCRIFO, o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Petrobrás não deveria sob nenhuma hipótese ter sido sequer considerado pela Pregoeiro, posto que não se encontra em consonância com as disposições contidas no Art. 109 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

UM DOCUMENTO NÃO ASSINADO É UM DOCUMENTO INVÁLIDO E INEXISTENTE NO MUNDO JURÍDICO !!!

Assim sendo, o ATESTADO 04 apresentado pela ORIENTE-SE, da mesma forma que os ATESTADOS 01, 02 e 03, TEM QUE SER OBRIGATORIAMENTE DESCONSIDERADO de modo que o PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO seja respeitado, como não poderia deixar de ser.

Pelo exposto, conclui-se, sem sombra de dúvida, que a Recorrida NÃO ATENDEU ao disposto ao subitem b da SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a e, por essa razão, deve ter sua proposta de preços RECUSADA.

VI.2 DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EQUIPE DA RECORRIDA (ORIENTE-SE)

Como se não bastasse o exposto no quesito anterior no qual a aplicabilidade ao Objeto do presente processo licitatório de CADA UM E TODOS os Atestados de Capacidade Técnica da Recorrida foram espancados, existem ainda outras várias CLÁUSULAS que a recorrida descumpriu e que passaram pela análise MÍOPE do Pregoeiro, que, dentre elas, passaremos a analisar o NÃO ATENDIMENTO da mesma SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a em seu subitem b, sendo, dessa feita, no que diz respeito a comprovação da capacidade técnica da Equipe de Tradutores no que concerne à apresentação de Atestados de Capacidade Técnica dos mesmos.

A SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a em seu subitem b do edital do processo licitatório em pauta determina que:

"b) Um ou mais atestados em nome da PROPONENTE E um ou mais atestados dos PROFISSIONAIS da proponente que prestarão o serviço, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado para as quais foram prestados os serviços de tradução de textos técnicos e ou jornalísticos do português para o inglês e revisão de textos em inglês, sobre o setor de petróleo e gás".

A SUBCLÁUSULA 13.3.3.2.a do edital do processo licitatório em pauta da mesma forma, complementarmente, em NOTA ao final de sua redação deixa claro que os PROFISSIONAIS DE TRADUÇÃO têm que apresentar Atestados de Capacidade Técnica quando dispões que:

"Nota: Estes profissionais também devem apresentar atestado de prestação de serviços, conforme descrito no item 13.3.3.1.b acima."

Ou seja, NÃO FOI POR FALTA DE AVISO que as licitantes deveriam anexar os Atestados de Capacidade Técnica dos profissionais de sua equipe de tradutores no momento em que cadastrou sua Proposta de Preços Eletrônica no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET), o que não foi feito pela Recorrida.

Compulsando-se a documentação de habilitação apresentada pela Recorrida até o momento em que a sessão pública do Pregão em pauta foi iniciada NÃO FOI ANEXADO NENHUM Atestado de Capacidade Técnica no que diz respeito à comprovação de capacidade técnica dos "PROFISSIONAIS de TRADUÇÃO".

Posteriormente, durante a fase de análise da Documentação de Habilitação da Recorrida pelo Pregoeiro, este solicita em mensagem de correio eletrônico PRIVADA, ao invés de fazer uso do CHAT do Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) conforme preconizado em Lei, que a Recorrida apresente os Atestados QUE JÁ DEVERIAM ter sido apresentados.

Em resposta, a Recorrida apresenta TRÊS Atestados de Capacidade Técnica referente aos profissionais que alegadamente são de sua equipe, a saber:

Atestado 01:

Nome do Arquivo: 2Atestado Tradutor _ Felipe Brito.pdf

Beneficiado: Felipe Santos de Brito (CPF 665.479.541-53)
Atestante: Oriente-se Produções Ltda. (CNPJ: 16.894.574/0001-90)

Atestado 02:

Nome do Arquivo: 3Atestado Tradutor _ Nathália Rio Preto.pdf
Beneficiado: Nathália Rio Preto Vieira Machado (CPF 059.300.967-32)
Atestante: Oriente-se Produções Ltda. (CNPJ: 16.894.574/0001-90)

Atestado 03:

Nome do Arquivo: 4Atestado Tradutor _ Tathiana Abreu.pdf
Beneficiado: Tathiana Gonzaga de Lacerda Abreu (CPF 044.212.061-30)
Atestante: Oriente-se Produções Ltda. (CNPJ: 16.894.574/0001-90)

Tal procedimento contraria FRONTALMENTE o disposto art. 43, § 3º da Lei 8.666/93 que determina que: "§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA." (GRIFO NOSSO).

O Tribunal de Contas da União segue a mesma linha no Acórdão 220/2007- Plenário. "Também contraria o § 3º do mesmo artigo, pois aceita a inclusão posterior de documentos e informações que deveriam constar originariamente da proposta, uma vez que a conformidade desses documentos e informações com os requisitos do edital são considerados para a classificação da proposta".

Somado ao fato que é "VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA", o que por si só fere a fundo ao PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, ainda existe a questão de que a própria empresa emitiu não UM nem DOIS, mais TRÊS Atestados de Capacidade Técnica que a beneficiam a si própria.

É no mínimo RISÍVEL o fato de que os Atestados de Capacidade Técnica em epígrafe tenham sido ACEITOS pelo Pregoeiro pelas razões que se seguem:

- (1) os Atestados de Capacidade Técnica foram emitidos pela própria empresa que se favorecerá deles (?!?!?!),
- (2) os Atestados de Capacidade Técnica foram incluídos de forma ILEGAL em momento POSTERIOR à abertura da sessão pública;
- (3) os Atestados de Capacidade Técnica foram solicitados pela Administração Pública, sendo enviados pela licitante por meio de mensagem PRIVADA de correio eletrônico;
- (4) a CRAFT SERVIÇOS DE EVENTOS LTDA (CNPJ 28.290.966/0001-20) teve sua Proposta de Preços RECUSADA pelo fato de esta não ter apresentado seus Atestados de Capacidade Técnica, ao mesmo tempo em que a Recorrida foi ACEITA e HABILITADA, o que fere um dos princípios basilares do Direito, o PRINCÍPIO DA ISONOMIA que assegura às licitantes o mesmo tratamento nas mesmas condições;
- (5) os Atestados de Capacidade Técnica não estão disponíveis para consulta PÚBLICA no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) após encerrado o Pregão Eletrônico, destacando-se o fato de que foi a própria PPSA que optou por fazer uso desse Portal para realização do Pregão Eletrônico em pauta.

Todo o procedimento relatado no presente quesito UMA AULA DE TUDO O QUE NÃO DEVE SER FEITO EM UMA LICITAÇÃO PÚBLICA !!!

VI.3 DO NÃO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a DO EDITAL

Como se não bastasse TUDO o que até o momento foi exposto ainda existem INÚMEROS OUTROS VÍCIOS na Documentação de Habilitação da Recorrida que dentre esses focaremos no NÃO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA SUBCLÁUSULA 13.3.3.1.a

Nessa SUBCLÁUSULA é determinado que seja apresentado pela licitante um "a) Histórico dos principais trabalhos de tradução e versão realizados pela empresa, demonstrando experiência com traduções na língua inglesa;"

Tal histórico jamais foi anexado à Documentação de Habilitação da Recorrida e, portanto se junta aos motivos relatados até o momento para que a mesma seja INABILITADA e sua Proposta de Preços RECUSADA.

VI.4 DO NÃO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA SUBCLÁUSULA 13.3.3.2 DO EDITAL

Somando-se ao que até o momento foi exposto, volta a Recorrida a incorrer em mais um não atendimento às Cláusulas Editalícias dessa vez no que diz respeito à SUBCLÁUSULA 13.3.3.2 DO EDITAL que dispõe que pelo menos dois profissionais apresentem um dos documentos que se segue:

"a.1) Diploma de Graduação em Letras, com habilitação em língua inglesa, em curso reconhecido pelo MEC, por meio da apresentação de diploma ou certificado de conclusão de curso expedido pelo MEC ou pela instituição

responsável pelo curso, desde que este seja reconhecido pelo MEC; OU"

"a.2) Comprovação por meio de documento que comprove existência de formação primária e/ou secundária em país de língua inglesa; OU"

"a.3) Comprovação de nacionalidade em país de língua inglesa; OU"

"a.4) Comprovação de Graduação ou Pós-Graduação em tradução em curso reconhecido pelo MEC; ou curso livre de tradução – tais como o Curso de Formação de Tradutores e Intérpretes da Associação Alumni (400h), Formação de Tradutores Inglês-Português da PUC-Rio (280h), ou similares – que habilite o profissional em tradução na língua inglesa. A comprovação deve ser dar por meio da apresentação de diploma ou certificado de conclusão de curso expedido pelo MEC ou pela instituição responsável pelo curso, desde que este seja reconhecido pelo MEC; Nota: Estes profissionais também devem apresentar atestado de prestação de serviços, conforme descrito no item 13.3.3.1.b acima."

Na Documentação de Habilitação da Recorrida disponível para consulta pública no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) não foram encontrados quaisquer documentos mencionados na SUBCLÁUSULA 13.3.3.2 DO EDITAL, embora conste em mensagem de correio eletrônico PRIVADA endereçada ao Pregoeiro e enviada pela Recorrida no dia 18/01/2021, às 16:21, menção ao fato de que os Diplomas de Formação da equipe de tradutores haviam sido enviados em anexo à mensagem supracitada.

Tais Diplomas de Formação jamais foram anexados à Documentação de Habilitação da Recorrida e, portanto se tal vício documental se agrega aos motivos relatados até o momento de modo que a Recorrida seja INABILITADA e sua Proposta de Preços RECUSADA.

VI.5 DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF DA RECORRIDA

A recorrida no momento em que a sessão a sessão pública do Pregão Eletrônico em pauta foi aberta, a saber, dia 12 de Janeiro de 2021, às 10:01:00, encontra-se com seu "CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF" fora do prazo de validade e portanto com um dos documentos mais importantes que compõem a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, fato esse reconhecido pela própria Recorrida em mensagem de correio eletrônico PRIVADA datada de 18/01/2021, às 16:21, quando a Recorrida afirma: "Quanto à certidão do FGTS, já está em processo de liberação pelo órgão responsável. Dentro do prazo regular será encaminhada."

Mais uma vez, de forma PRIMÁRIA, é concedida à Recorrida uma oportunidade de INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO que deveria ter sido enviado ANTES da abertura da sessão pública.

Para que fique claro repetimos que tal procedimento contraria FRONTALMENTE o disposto Art. 43, § 3º da lei 8.666/93 que determina que: "§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA." (GRIFO NOSSO).

A Recorrida sob a DESCULPA ESFARRAPADA de que é uma empresa inscrita no SIMPLES NACIONAL e por essa razão se beneficiaria do direito da concessão de prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularizar seu "CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF", invoca a CLÁUSULA 13.4 dos Termos Editalícios em mensagem de correio eletrônico PRIVADA endereçada ao Pregoeiro enviada no dia 15/01/2021, às 14:55, quando afirma "d) A certidão do FGTS será validada no sistema. De modo que seu envio será realizado em conformidade com o item 13.4 do edital."

A CLÁUSULA 13.4 do Edital discorre sobre o que se segue:

"13.4. No caso de se tratarem de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da PPSA, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa." (GRIFO NOSSO)

Fica cristalino o fato de que a CLÁUSULA 13.4 refere-se à concessão de um prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização ESPECIFICAMENTE de COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, repetindo FISCAL, por parte de microempresas e empresas de pequeno porte.

Seja por MÁ FÉ ou IGNORÂNCIA da Recorrida, ela fez crer que o "CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF" refere-se a pendências de cunho FISCAL, o que passo ao largo da VERDADE uma vez que o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço é constituído de valores decorrentes do recolhimento de CONTRIBUIÇÃO SOCIAL por parte das empresas e NUNCA pelo pagamento de TRIBUTOS / IMPOSTOS.

Dessa forma a exceção legal de que trata a CLÁUSULA 13.4 não se aplicaria ao presente caso, ("CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF") visto que o FGTS tem NATUREZA JURÍDICA DE CONTRIBUIÇÃO E NÃO DE TRIBUTO.

Destaca-se ainda o fato de que existe somente a previsão no sentido de se conceder ao Pregoeiro a possibilidade de realizar diligências, possibilidade essa prevista no artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666. Contudo, reforça-se que essa previsão visa esclarecer fato obscuro ou dúvida quanto à documentação já acostada ao procedimento licitatório e não um permissivo quanto à possibilidade de COMPLEMENTAÇÃO, CORREÇÃO OU MODIFICAÇÃO de qualquer maneira da PROPOSTA DE PREÇOS e da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO já apresentadas.

Em suma, FGTS NÃO É IMPOSTO, MAS SIM CONTRIBUIÇÃO SOCIAL !!!

Para ficar bem claro, FGTS NÃO É IMPOSTO, MAS SIM CONTRIBUIÇÃO SOCIAL !!!

Com isso, o prazo concedido pelo Pregoeiro à Recorrida para regularização do recolhimento de suas CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (e NÃO de IMPOSTOS / TRIBUTOS), não encontra amparo em nenhum dispositivo legal vigente, devendo a Recorrida ser INABILITADA e sua Proposta de Preços RECUSADA por não ter apresentado sua DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO conforme exigido nos Termos Editalícios de forma tempestiva, ou seja, no momento da abertura da sessão pública.

VII. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, nos termos do Art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/2002, firmados nos argumentos e fundamentos acima apresentados, a Recorrente requer à Vossa Senhoria o conhecimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, pois TEMPESTIVO e com efeito SUSPENSIVO, para no mérito dar-lhe integral provimento, RETIFICANDO a decisão administrativa de RECUSAR a Proposta de Preços da Recorrente e de INABILITAR a empresa ORIENTE-SE PRODUÇÕES LTDA (CNPJ/CPF: 16.894.574/0001-90) e, conseqüentemente, RECUSAR sua Proposta de Preços, por ser a única manifestação possível de respeito aos PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DA ISONOMIA, DA LEGALIDADE, DA EFICIÊNCIA e, sobretudo, à J U S T I Ç A.

A Recorrente deixa desde já registrado o seu pedido para que lhe seja assegurado o DIRETO de apreciação do presente RECURSO ADMINISTRATIVO pela AUTORIDADE SUPERIOR, uma vez que a Recorrente se insurge quanto à decisão do Ilmo. Sr. Pregoeiro, autoridade que proferiu a decisão na forma da Legislação vigente.

Termos em que

Pede E Aguarda Deferimento.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2021.

ÁGORA DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Antonio Heitor Figueira Capris
Representante Legal

UBIRAJARA DA FONSECA NETO
Advogado Especializado em Direito Administrativo
103940 OAB/RJ

Fechar